



TARIFAÇÃO

Presidente diz querer provar ao mundo quem age de forma correta no embate entre o Brasil e os Estados Unidos em relação à sobretaxa de produtos. Ministro da Fazenda, Dario Durigan enfatiza que o momento não é de retaliação à gestão norte-americana

Lula desafia Trump para “guerra da verdade”

» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desafiou, ontem, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para um duelo, classificado por ele como a “guerra da verdade”, em reação ao tarifaço de 25% imposto pelo país norte-americano a produtos brasileiros.

“O Brasil não tem interesse em guerra, nós somos da paz. Agora, a guerra que eu quero fazer com ele (Trump) é a guerra da verdade. Quero provar ao mundo quem está falando a verdade nessa guerra tarifária entre Brasil e Estados Unidos”, enfatizou Lula, em discurso no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, no Rio de Janeiro, onde o presidente cumpriu agendas. “Nessa guerra, Trump terá de usar a arma da palavra. Quando Trump falar, eu falarei. Contra o Brasil, ninguém ganha mentindo.”

As declarações ocorreram um dia após o vice-presidente Geraldo Alckmin e ministros reforçarem avaliações sobre o uso da Lei de Reciprocidade Econômica, além de abertura de crédito para empresas cujas exportações tenham sido prejudicadas em decorrência do aumento das tarifas.

Embora tenha anunciado uma reação à tarifa adicional de 25% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, o governo federal adotou uma estratégia mais cautelosa e, por enquanto, descartou uma retaliação comercial imediata. A prioridade passou a ser a negociação diplomática com Washington, enquanto a aplicação da reciprocidade permanece como alternativa caso não haja avanço nas tratativas.

A primeira resposta oficial veio logo após o anúncio das tarifas pelo governo norte-americano. Em nota, o Palácio do Planalto classificou a medida como “unilateral”, “ilegal” e “arbitrária” e informou que recorrerá à Organização Mundial do Comércio (OMC), além de iniciar os procedimentos previstos na Lei de Reciprocidade Econômica para proteger os setores afetados e preservar empregos.

Em seguida, entretanto, integrantes da equipe econômica passaram a sinalizar que a resposta brasileira será construída de forma gradual. A adoção de medidas previstas na legislação dependerá do cumprimento de etapas administrativas, como

Ricardo Stuckert



análise da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e abertura de consulta pública, o que afasta a possibilidade de uma reação imediata.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reforçou, ontem, que não trabalha, neste momento, com uma estratégia de retaliação comercial. Segundo ele, a prioridade é preservar a economia brasileira enquanto são avaliados os instrumentos disponíveis para responder à decisão dos Estados Unidos. “Não cabe falar em retaliação. Retaliação é uma palavra que está fora do nosso escopo e do nosso trabalho”, afirmou.

Durigan explicou que o governo mantém diálogo permanente com representantes do setor produtivo para discutir alternativas de resposta, mas ressaltou que qualquer medida será adotada apenas após avaliação de seus efeitos sobre a atividade econômica.

“Estamos tomando muito cuidado com isso. O cuidado não é em relação aos



Não cabe falar em retaliação. Retaliação é uma palavra que está fora do nosso escopo e do nosso trabalho”

Dario Durigan, ministro da Fazenda

Estados Unidos, e sim à nossa economia. Não podemos usar um momento político-eleitoral para fazer ataques político-eleitorais prejudicando a economia”, argumentou.

Segundo o ministro, a equipe econômica recebeu a decisão americana com “indignação”, mas pretende construir uma resposta “com muita cautela”. Ele ressaltou

Tomaz Silva/Agência Brasil



Durigan: reciprocidade avaliada para ser usada na medida e no tempo correto

que o objetivo do governo é preservar a trajetória fiscal, cumprir as metas econômicas e reduzir impactos sobre os setores produtivos eventualmente afetados pelo tarifaço.

A mesma linha foi adotada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Segundo ele, a Lei de Reciprocidade permanece disponível como instrumento de defesa comercial, mas será utilizada apenas “no momento adequado”, caso as negociações não produzam resultados.

Ontem, Alckmin voltou a criticar o tarifaço ao reforçar não haver justificativas racionais para essa política em relação ao Brasil. “A medida é injusta e descabida porque eles têm superávit conosco. Quem deveria aumentar a tarifa somos nós. O Brasil defende o livre-comércio, regras da OMC”, disse, em entrevista à Globonews. Ele acrescentou que o diálogo com os Estados Unidos vai continuar, mesmo após o tarifaço unilateral.

A Lei da Reciprocidade Econômica,

que o objetivo do governo é preservar a trajetória fiscal, cumprir as metas econômicas e reduzir impactos sobre os setores produtivos eventualmente afetados pelo tarifaço.

A mesma linha foi adotada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Segundo ele, a Lei de Reciprocidade permanece disponível como instrumento de defesa comercial, mas será utilizada apenas “no momento adequado”, caso as negociações não produzam resultados.

Ontem, Alckmin voltou a criticar o tarifaço ao reforçar não haver justificativas racionais para essa política em relação ao Brasil. “A medida é injusta e descabida porque eles têm superávit conosco. Quem deveria aumentar a tarifa somos nós. O Brasil defende o livre-comércio, regras da OMC”, disse, em entrevista à Globonews. Ele acrescentou que o diálogo com os Estados Unidos vai continuar, mesmo após o tarifaço unilateral.

A Lei da Reciprocidade Econômica,



O Brasil não tem interesse em guerra, nós somos da paz. Agora, a guerra que eu quero fazer com ele (Trump) é a guerra da verdade. Quero provar ao mundo quem está falando a verdade nessa guerra tarifária entre Brasil e Estados Unidos. Nessa guerra, Trump terá de usar a arma da palavra. Quando Trump falar, eu falarei. Contra o Brasil, ninguém ganha mentindo”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

aprovada pelo Congresso Nacional em 2025, autoriza a Camex a suspender concessões comerciais, investimentos e outras vantagens concedidas a países que adotem medidas consideradas prejudiciais à competitividade brasileira. Apesar disso, o governo avalia que uma resposta precipitada pode produzir efeitos indesejados sobre a própria economia.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, afirmou que o Brasil permanecerá na mesa de negociações e seguirá buscando uma solução diplomática para o impasse comercial, sem abrir mão dos instrumentos legais disponíveis.

Com a validação do tarifaço de 25%, o governo do Lula aguarda, agora, a aplicação, também pelos EUA, de tarifa adicional de 12,5%. A gestão Trump alega que a nova taxa seria em represália à prática de “trabalho forçado” no Brasil (**leia reportagem na página 7**).

» Demandas americanas na mesa de negociação

Ao longo das reuniões com os EUA, antes do tarifaço, o governo recebeu de autoridades americanas pleitos classificados como negociáveis e inegociáveis. “Os Estados Unidos pretendiam nada mais, nada menos do que a abertura de todo o mercado do setor químico, a redução a zero das tarifas dos bens industriais, o acesso ao mercado do setor automotivo norte-americano, e dentre outros setores”, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, na quinta-feira. Ontem, questionado sobre um suposto protecionismo do setor automotivo brasileiro, o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o Brasil cumpre rigorosamente as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Para você importar um veículo, é 35% o imposto de importação. A Europa está aumentando agora para 45% o imposto de importação. Então, nós sempre cumprimos as regras da OMC. E os automóveis estão fora disso”, argumentou o vice-presidente. Segundo Elias, nessas discussões, o governo brasileiro deixou claro que “jamais celebrará” qualquer tipo de acordo que represente violação dos interesses do país e do setor produtivo nacional.

Prejuízos ao país com retaliação

Especialistas em comércio exterior avaliam que o espaço para um acordo entre Brasil e Estados Unidos, a respeito do tarifaço de 25%, tende a ser limitado no curto prazo e pode ganhar maior impulso apenas em 2027, após o atual ciclo eleitoral. Até lá, a expectativa é de que os dois países mantenham abertos os canais diplomáticos para evitar uma escalada das tensões comerciais.

Nesse cenário, uma eventual adoção de medidas de reciprocidade exige cautela, já que a imposição de sobretaxas sobre produtos norte-americanos poderia encarecer a importação de máquinas, equipamentos, medicamentos, tecnologias e outros insumos estratégicos para a indústria brasileira, com potencial de elevar custos de produção.

A economista-chefe para a América Latina da Coface, Patrícia Krause, reconhece a importância do dispositivo legal, também adotado por outros países, mas defende uma atuação criteriosa por parte do governo brasileiro. Ela alerta que o uso precipitado de medidas de reciprocidade pode intensificar a escalada do conflito comercial.

“Em relação à eficácia das medidas de reciprocidade em conflitos comerciais, acho que deveriam, sempre que possível,

ser evitadas, uma vez que você leva perdas para ambos os lados”, afirmou.

Para ela, esse tipo de retaliação tende a provocar queda no comércio bilateral e pode pressionar a inflação. “Essa escalada e o aumento de tarifas de ambos os lados acaba causando impactos para a inflação”, completou.

Para a especialista, a melhor estratégia do Brasil neste momento é buscar o diálogo. “Acho que o caminho é, de fato, negociar. O ideal é ouvir os empresários mais afetados e apostar na diplomacia, em vez de partir direto para a retaliação”, concluiu.

A International Chamber of Commerce (ICC), organização empresarial mundial, considera que a legislação que prevê reciprocidade é um ponto importante para a modernização das ferramentas e estratégia de defesa comercial. “Se adequadamente aplicada, oferece instrumentos importantes que podem auxiliar nas negociações e movimentações dos setores público e privado”, destacou, em nota.

De acordo com a organização, as medidas anunciadas pelo governo norte-americano são um claro desafio ao sistema global de comércio baseado em regras. “Além de qualquer medida bilateral,